



XIX Cimeira Ibero-Americana
Portugal 2009



Chile Quiero un
Ministerio del
Medio Ambiente



GOBIERNO DE CHILE
COMISION NACIONAL
DEL MEDIO AMBIENTE



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

IX FÓRUM IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DO AMBIENTE Santiago, Chile, 11 de setembro de 2009

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO

Os Ministros do Ambiente Ibero-Americanos reunidos na cidade de Santiago, Chile, de 9 a 11 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO

Que a inovação é um processo de criação, resgate, recuperação e geração participativa de conhecimentos, saberes, tecnologias, processos e instrumentos, orientado à promoção de oportunidades para melhorar a qualidade e o bem-estar de nossas sociedades no quadro do desenvolvimento sustentável.

Que é importante a difusão do conhecimento, a criação e o fortalecimento de capacidades para o desenvolvimento de nossos povos.

Que os conhecimentos e saberes tradicionais das nossas comunidades locais, povos indígenas e comunidades afrodescendentes são uma importante fonte de formação, fortalecimento e melhoria das capacidades para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Que as alterações climáticas são o grande desafio de natureza ética da nossa civilização e requer uma resposta urgente, global e ambiciosa que se inscreva na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Protocolo de Quioto.

Que as florestas e as áreas protegidas são fundamentais na mitigação e na adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas.

Que os investimentos e ações em inovação e transferência tecnológica vinculadas à luta contra as alterações climáticas podem representar novas oportunidades de desenvolvimento sustentável, trabalho e melhoria na qualidade e no nível de vida de nossos povos.

Que os efeitos das alterações climáticas e a variabilidade climática ameaçam significativamente os recursos hídricos e a diversidade biológica.



ACORDAM

EM RELAÇÃO A INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

Ressaltar a importância de um quadro ético para os processos de desenvolvimento orientado a procurar que a inovação tecnológica seja levada a cabo sob um enfoque de sustentabilidade.

Promover e fortalecer processos sinérgicos de trocas de conhecimentos, saberes e pesquisa para a inovação entre e no seio dos países em desenvolvimento.

Instar os países desenvolvidos para a materialização do financiamento em conformidade com os fundos para o desenvolvimento e quando corresponder, de acordo com os fundos de financiamento, para a mitigação e adaptação às alterações climáticas em matéria de inovação nos países em desenvolvimento.

Estabelecer políticas públicas para a promoção e fortalecimento da pesquisa, da inovação, do conhecimento e de saberes, e das novas tecnologias, que se devem transformar em ferramentas ao serviço de nossos povos.

Dar as boas-vindas ao estabelecimento do quadro global de serviços climáticos na 3ª Conferência Mundial do Clima e reconhecer com satisfação que muitos dos objectivos almejados por este quadro já estão sendo levados a cabo na região. Comprometer-se a continuar a fortalecer através da inovação e do conhecimento a cooperação ibero-americana dos serviços meteorológicos, hidrológicos e oceanográficos em todas as suas actividades relacionadas com a observação e previsão climáticas, cruciais na luta contra as alterações climáticas e o bem-estar social.

Reafirmar o papel do Estado e sua importância, particularmente na actual situação de crise económica e financeira global que afecta especialmente as populações mais pobres e os sectores mais vulneráveis, priorizando a inovação, o conhecimento e saberes como factores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento sustentável na perspectiva de erradicação da pobreza e da luta contra as desigualdades e a exclusão.

Afirmar que os conhecimentos e saberes das comunidades locais, povos indígenas e comunidades afrodescendentes na gestão do desenvolvimento sustentável, especialmente na gestão dos ecossistemas e a diversidade biológica devem ser potencializados e articulados com o conhecimento e as tecnologias contemporâneas, dado que entregam princípios vitais da cosmovisão, do respeito pela vida e pelos bens e serviços naturais.

EM RELAÇÃO COM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Exercer um papel de activa participação e facilitação no quadro das negociações de Alterações Climáticas impulsionando um resultado bem sucedido na COP 15 de Copenhaga:

- a. Em que os países desenvolvidos, de acordo com sua responsabilidade na geração do fenómeno de alterações climáticas, devem assumir compromissos claros e quantificáveis na redução de emissões para lutar contra as alterações climáticas.
- b. Reiterar que todos os países devem participar no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, para o qual todos os países devem contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em conformidade com as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades na luta contra as alterações climáticas.

Salientar que o financiamento e a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento para a adaptação e mitigação das alterações climáticas são elementos cruciais para o bom êxito das negociações.

Reiterar que a adaptação é uma prioridade para os países da região, particularmente para os países em desenvolvimento, sendo necessário promover instrumentos para fazer face aos impactos adversos das alterações climáticas, atendendo à vulnerabilidade dos mesmos, incluindo a variabilidade climática verificada.

Ressaltar a relação inversamente proporcional entre adaptação e mitigação. Quanto mais tardias e menos ambiciosas forem as metas dos países desenvolvidos, mais recursos serão gastos na adaptação às alterações climáticas.

Reiterar a urgência de uma arquitetura institucional de governança funcional e inovadora dentro da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas com a participação activa de todas as Partes.

Exigir o reconhecimento e a valorização das acções precoces e voluntárias de mitigação que os países em desenvolvimento da região já estão realizando como contribuição para a luta contra as alterações climáticas, que implicaram inclusive o desembolso de recursos públicos.

Desenvolver políticas e incentivos de fácil acesso orientados para a execução de actividades de mitigação e gestão florestal sustentável nos países em desenvolvimento.

Exigir que as regras que atualmente estão em negociação relacionadas com a redução de emissões decorrentes do desflorestação e da degradação florestal tenham em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, bem como as características particulares dos processos de degradação florestal a nível nacional.

Reconhecer e incorporar as alterações climáticas como um elemento transversal nas políticas e acções nacionais de desenvolvimento sustentável e gestão de riscos.



GOBIERNO DE CHILE
COMISION NACIONAL
DEL MEDIO AMBIENTE



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Reconhecer que o actual modelo de desenvolvimento tem nos conduzido a uma grave situação de deterioração das condições climáticas e sócio-ambientais globais. Portanto, devemos promover mudanças nas condutas e actitudes sociais, e nos padrões actuais de produção e consumo para novos modelos de desenvolvimento sustentável baseados na ética, para fazer face às alterações climáticas.

Reconhecer o trabalho da Rede Ibero-Americana de Escritórios de Alterações Climáticas (RIOCC), como contribuição para as discussões deste fórum e continuar a apoiar suas tarefas.

COM RELAÇÃO AOS RECURSOS HÍDRICOS

Reconhecer e alertar que as Alterações Climáticas irão afetar a disponibilidade e acesso das populações à água, que é uma necessidade vital e prioritária para os nossos países. Nesse sentido, salientam que é necessário o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos a nível de bacia hidrográfica ou territórios da água, segundo corresponder, para incorporar também os riscos de seca e inundação, que tenha em conta as diferentes dimensões do recurso hídrico: usos pelas populações, sustentabilidade dos ecossistemas e provisão necessária para actividades económicas de modo sustentável.

Reconhecer que um elemento chave nas estratégias de adaptação deverá ser a avaliação para cada região, país ou comunidade, dos efeitos previsíveis sobre a disponibilidade e acessibilidade aos Recursos Hídricos.

Reforçar os mecanismos regionais de cooperação orientados para a gestão integrada e participativa nas bacias, incluindo as transfronteiriças, considerando os interesses e necessidades da população, a protecção e restauração dos ecossistemas, dada sua importância para a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Reconhecer as propostas da X Conferência de Directores Ibero-Americanos da Água (CODIA), celebrada em 1 de julho em Madrid, bem como o trabalho que realiza o Programa Ibero-Americano da Água, aprovado na XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, realizada em El Salvador.

EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE E GESTÃO DOS ECOSISTEMAS

Ressaltar o valor da biodiversidade dos países ibero-americanos e seu papel fundamental no ambiente, bem como os serviços ambientais que prestam os ecossistemas naturais a nível global.

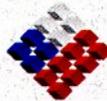
Promover a inovação, a troca de conhecimentos e saberes e a pesquisa para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.



XIX Cimeira Ibero-Americana
Portugal 2009



Chile Quiero un
Ministerio del
Medio Ambiente



GOBIERNO DE CHILE
COMISION NACIONAL
DEL MEDIO AMBIENTE



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

OUTRAS QUESTÕES:

Instar a uma activa participação na Nona Conferência das Partes da Convenção da Luta contra a Desertificação e a Seca, que será realizada no período de 21 de setembro e 2 de outubro em Buenos Aires, Argentina, dado que este é um tema crucial para nossa região.

Promover a participação dos países da Região no Congresso Mundial de Florestas, que será realizado em Buenos Aires, Argentina, no período de 18 a 23 de outubro de 2009.

Reafirmar a importância de que os países da Região tenham uma activa participação na próxima Assembleia do Fundo para o Ambiente Mundial, que será realizada em Punta del Este, Uruguai, no período de 24 a 28 de maio de 2010.

Tendo em vista a XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, que será celebrada em Estoril, Portugal, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro de 2009, os Ministros de Ambiente elevam para sua consideração e posterior inclusão na declaração da Cimeira o seguinte:

Exercer um papel de activa participação e facilitação no quadro das negociações de Alterações Climáticas, impulsionando um resultado bem sucedido na COP 15 de Copenhaga:

- a. Em que os países desenvolvidos, de acordo com sua responsabilidade na geração do fenómeno de alterações climáticas, devem assumir compromissos claros e quantificáveis na redução de emissões para lutar contra as alterações climáticas.
- b. Reiterar que todos os países devem participar no esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa, para o qual todos os países devem contribuir, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em conformidade com as circunstâncias de cada país e das respectivas capacidades na luta contra as alterações climáticas.

Acolher com satisfação a oferta do Governo da Guatemala para receber o X Fórum Ibero-Americano de Ministras e Ministros do Ambiente.

Agradecer a extraordinária gentileza da Senhora Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, por receber os chefes de delegação desta reunião.

Agradecer ao Governo e ao Povo da República do Chile, e, em especial, à Comissão Nacional do Meio Ambiente e à Chancelaria do Chile pela sua amável hospitalidade e eficiente organização do IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente.